LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná

gazetadoparana.com.br

Publicidade Legal

Edição 11.169 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri | QUARTA-FEIRA // 4.11.2026 // Cascavel-PR | www.gazetadoparana.com.br

MPF investiga elo entre desvio na saúde e tráfico internacional de cocaína

●Denúncia aponta que estrutura usada para retirar R$ 55,5 milhões de contratos públicos também **teria movimentado dinheiro do tráfico**

●O MP calcula um prejuízo aos cofres públicos e aponta, separadamente, **suspeitas de sonegação de R$ 98,1 milhões**

●Uma organização criminosa suspeita de desviar R$ 55,5 milhões destinados à saúde pública no Paraná e em outros estados também teria utilizado sua estrutura financeira para lavar dinheiro proveniente do tráfico internacional de cocaína para a Europa. A conexão foi apontada pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Mens Scitus, que resultou em denúncia contra cinco pessoas por crimes relacionados à apropriação de recursos públicos, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades tributárias. O caso tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba e teve novas movimentações processuais em outubro de 2026. A investigação envolve os institutos Corpore e Civitas, organizações que firmaram parcerias com prefeituras para a execução de serviços públicos, especialmente na área da saúde. Público ● P.3

DADOS

●**A investigação aponta que o grupo** utilizava duas Oscips, o Instituto Corpore e o Instituto Civitas, para receber verbas de contratos e parcerias celebrados com administrações municipais

Massa questiona aumento de impostos na Justiça



Divulgação

●A empresa Massa & Massa Comunicação e Marcas Ltda., ligada à família Massa, recorreu à Justiça Federal para tentar barrar um aumento de impostos que atinge negócios com faturamento anual superior a R$ 5 milhões. A mudança foi estabelecida por uma lei federal aprovada no fim de 2025 e altera a forma de calcular tributos pagos por empresas que utilizam o chamado lucro presumido. A companhia conseguiu uma decisão favorável em maio de 2026, mas a União apresentou recurso, levando a disputa ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O processo envolve dois tributos federais: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Massa & Massa sustenta que a nova legislação aumenta indevidamente a cobrança de impostos. O governo federal, por outro lado, defende que a alteração é legal e faz parte da redução de benefícios tributários. Público ● P.5



O Timão vive situação um pouco mais delicada pois aparece na zona do rebaixamento Rubens Chiri

MAJESTOSO

São Paulo e Corinthians fazem o clássico paulista nesta quarta pela rodada do Campeonato Brasileiro. Esportes ● Pág.6

LÍDER FLAMENGO RECEBE O GRÊMIO HOJE

Esportes ● Pág.6

GALO PEGA O FOGÃO HOJE DE OLHO NO GRÊMIO

Esportes ● Pág.6

SÉRIE OURO: SEMIFINAIS COM DATAS DEFINIDAS

Esportes ● Pág.6

CÉSAR BUENO DEIXA O COMANDO DO SUB-20

Esportes ● Pág.6

Roni Miranda

MPPR arquiva denúncia sobre remuneração do

O MPPR decretou sigilo e arquivou uma denúncia anônima que questionava a situação funcional e remuneratória do secretário da Educação, Roni Miranda. O procedimento foi instaurado em 11 de setembro de 2026, sete dias depois de a Gazeta do Paraná publicar uma reportagem sobre pagamentos relacionados ao cargo efetivo de professor e à função de secretário. Público ● P.2



APP-Sindicato



Divulgação

Universidades

MEC encaminha denúncias de violência política

O ME começou a reunir denúncias de violência política registradas em universidades e institutos federais durante e após as eleições de 2026. O material será encaminhado à Polícia Federal (PF) e à Advocacia-Geral da União (AGU), que poderão adotar medidas de investigação. A iniciativa inclui relatos de ameaças contra instituições de ensino. Público ● P.2

Público

Sigilo no MPPR Procedimento apurou possível acúmulo de remunerações pelo secretário da Educação, foi mantido sob sigilo e acabou arquivado; decisão não teve fundamentos divulgados na consulta pública

MPPR arquiva denúncia sobre a remuneração de Roni Miranda

MPPR arquivou denúncia anônima sobre pagamentos a Roni Miranda, mas manteve sob sigilo os fundamentos da decisão que encerrou a apuração

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Ministério Público do Paraná (MPPR) decretou sigilo e posteriormente arquivou uma denúncia anônima que questionava a situação funcional e remuneratória do secretário estadual da Educação, Roni Miranda. O procedimento foi instaurado em 11 de setembro de 2026, sete dias depois de a **Gazeta do Paraná** publicar uma reportagem sobre pagamentos relacionados ao cargo efetivo de professor e à função de secretário de Estado. Embora o arquivamento tenha ocorrido em 13 de outubro, a fundamentação da decisão permanece inacessível na consulta pública ao sistema do órgão.

A existência da investigação e seu encerramento foram confirmados por registros do sistema de procedimentos do MPPR e por edital publicado na edição nº 1.894 do Diário Eletrônico, de 29 de outubro. O documento identifica o denunciante como anônimo e descreve o objeto da apuração como possíveis irregularidades jurídico-administrativas envolvendo a remuneração do secretário

A decisão de arquivamento foi comunicada pela 5ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba. O edital, entretanto, não esclarece quais argumentos foram considerados pelo Ministério Público para encerrar o caso, nem informa se houve análise conclusiva sobre a legalidade da composição remuneratória questionada.

Denúncia após reportagem

A cronologia dos documentos mostra que a notícia de fato foi apresentada depois da publicação da investigação jornalística da **Gazeta do Paraná**, em 4 de setembro. Na reportagem intitulada "TCE veta acumulação, mas secretário da Educação segue recebendo por dois vínculos", o jornal examinou informações do Portal da Transparência do Estado e uma decisão do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) relacionada à acumulação remuneratória.

Os registros oficiais consultados na ocasião indicavam pagamentos associados ao vínculo efetivo de professor e ao exercício do cargo de secretário estadual. Em agosto, os valores brutos registrados nos dois vínculos totalizavam R$ 35.456,49. A reportagem questionou a compatibilidade dessa composição com as regras aplicáveis aos integrantes do primeiro escalão do Executivo.

Em resposta à Gazeta, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) sustentou que a situação estava amparada pela legislação estadual. A pasta invocou a Lei nº 21.352/2023, que alterou o artigo 159-A da Lei Estadual nº 6.174/1970, para defender a regularidade dos pagamentos.

O procedimento foi arquivado em 13 de outubro, mas a consulta pública não permite conhecer os fundamentos utilizados pelo Ministério Público para encerrar a apuração

Cinco dias depois da publicação da reportagem, em 9 de setembro, o Núcleo de Atendimento ao Cidadão e às Comunidades do Ministério Público registrou o primeiro atendimento relacionado à denúncia. Em 11 de setembro, houve a formalização e distribuição da notícia de fato, identificada pelo número MPPR-0046.26.219016-1. A proximidade entre as datas demonstra que a publicação jornalística antecedeu a denúncia, mas não permite afirmar que o noticiante tenha utilizado a reportagem como fundamento da representação. A identidade de quem procurou o Ministério Público não consta dos registros públicos.


Roni Miranda, secretário de Educação APP-Sindicato

O que o MP investigava

O objeto da denúncia foi descrito expressamente no edital de arquivamento publicado em 29 de outubro: "Apurar eventuais irregularidades jurídico-administrativas na situação funcional e remuneratória do sr. Secretário de Estado da Educação do Paraná, notadamente o suposto acúmulo indevido da remuneração de cargo efetivo de professor com o subsídio inerente à função de agente político."

O documento não identifica Roni Miranda nominalmente, mas faz referência direta ao ocupante do cargo de secretário estadual da Educação. O campo destinado à identificação do denunciante contém apenas a palavra "Anônimo".

A descrição mostra que a notícia de fato tratava especificamente da possibilidade de recebimento indevido de remunerações associadas a dois vínculos funcionais. A apuração foi conduzida na área de proteção ao patrimônio público, responsável por examinar, entre outras matérias, possíveis irregularidades administrativas envolvendo recursos públicos.

A questão central envolve a distinção entre uma acumulação remuneratória proibida e as formas de remuneração autorizadas pela legislação para servidores efetivos que passam a exercer cargos políticos. Foi justamente essa diferença de interpretação que apareceu na reportagem original da Gazeta e na manifestação apresentada pela Secretaria da Educação.

Sigilo

O histórico de movimentações do Ministério Público mostra que o procedimento passou por diferentes etapas antes de ser encerrado. Depois da instauração, em 11 de setembro, houve registro de declinação de atribuição em 14 de setembro e alteração de informações documentais no dia seguinte. Em 21 de setembro, foi lançado um despacho inicial.

No dia 22 de setembro, o sistema registrou a decretação de sigilo sobre o procedimento, além de uma alteração nas informações relativas ao fato investigado. A partir dessa restrição, o conteúdo dos autos deixou de estar disponível para consulta pública.

Em 25 de setembro, constam registros de expedição de ofício e documento, seguidos de comprovante de entrega em 28 de setembro. Em 6 de outubro, houve prorrogação do prazo de investigação e, em 9 de outubro, registro de resultado de comunicação.

O arquivamento integral foi lançado em 13 de outubro. Posteriormente, o sistema registrou comunicações a terceiros em 16 de outubro e comprovantes de entrega de documentos nos dias 22 e 26 do mesmo mês. Mesmo após o encerramento, a consulta pública ao procedimento continua limitada. Ao tentar acessar os autos no sistema PROMP, a plataforma apresenta a mensagem: "Este procedimento está protegido por sigilo de nível 1."

A restrição impede a consulta à íntegra da decisão, às eventuais informações prestadas pela Secretaria da Educação e aos documentos utilizados pelo Ministério Público durante a análise.

Não há, nos registros públicos examinados, indicação dos fundamentos que justificaram a decretação do sigilo. Também não é possível estabelecer se a restrição foi mantida por determinação específica no arquivamento ou pela permanência da classificação atribuída ao procedimento em setembro.

MEC encaminha à PF denúncias de violência política em universidades

Ministério reúne relatos de ameaças contra instituições, estudantes e professores e também acionará a AGU; no Paraná, Federação Israelita repudia mensagens discriminatórias em grupos de universitários de Cascavel e Maringá

Eliane Alexandrino
Cascavel

●O Ministério da Educação (MEC) começou a reunir denúncias de violência política registradas em universidades e institutos federais durante e após as eleições de 2026. O material será encaminhado à Polícia Federal (PF) e à Advocacia-Geral da União (AGU), que poderão adotar medidas de investigação e providências jurídicas. A iniciativa inclui relatos de ameaças contra instituições de ensino, estudantes e professores, além de manifestações com referências a símbolos nazistas.

As denúncias chegam por meio da ouvidoria do MEC e de comunicações feitas diretamente pelas reitorias. Segundo o ministério, os registros serão enviados aos órgãos competentes à medida que forem consolidados. A pasta, porém, não informou quantas denúncias recebeu, quais instituições estão envolvidas nem quando pretende concluir os encaminhamentos.

A mobilização foi motivada por ameaças que circularam nas redes sociais antes do primeiro turno, realizado em 4 de outubro. Na ocasião, o MEC já havia solicitado investigação à Polícia Federal e acionado a AGU para avaliar as medidas jurídicas cabíveis.

Entre os episódios mencionados pelo ministério estão ameaças de violência e de destruição de patrimônio, além da utilização de símbolos nazistas contra universidades, estudantes e docentes. A AGU também criou uma força-tarefa para acompanhar o incêndio que atingiu a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 8 de outubro.

Em nota, o MEC afirmou que as instituições de ensino devem ser espaços de pluralidade, tolerância, diálogo e respeito à diversidade de ideias. O ministério também destacou que a Constituição assegura a liberdade de expressão e de pensamento.

Denúncias no Paraná

No Paraná, a violência e a discriminação no ambiente universitário também motivaram uma manifestação da Federação Israelita do Paraná (FEIP). A entidade repudiou mensagens de caráter xenófobo, discriminatório e de exaltação ao nazismo que teriam circulado em grupos de WhatsApp de universitários de Cascavel e Maringá.

Em nota, a federação afirmou que ataques a estudantes por causa da origem regional, condição socioeconômica ou dependência de bolsas de estudo são incompatíveis com os princípios de igualdade e dignidade humana. A entidade também destacou a gravidade de referências ao nazismo e defendeu a apuração rigorosa dos fatos pelas autoridades.



O MEC reúne denúncias de violência política em universidades Divulgação

A FEIP pediu que manifestações de ódio e discriminação sejam enfrentadas com seriedade e responsabilidade. Também ressaltou a importância do combate ao antissemitismo, à xenofobia e a outras formas de intolerância. Os episódios relatados no Paraná são distintos das denúncias reunidas pelo MEC, mas evidenciam relatos de discriminação e hostilidade no ambiente universitário. A manifestação da federação amplia a cobrança por apuração e responsabilização dos envolvidos.

Encaminhamento

Com o envio dos registros, a Polícia Federal poderá avaliar a abertura de investigações e a identificação dos responsáveis por eventuais crimes. A AGU, por sua vez, poderá adotar medidas judiciais relacionadas à proteção de estudantes, servidores e do patrimônio público. Até o momento, o MEC não divulgou o número de casos reunidos nem detalhou se os relatos envolvem ameaças virtuais, violência física, pichações ou ataques a prédios. Também não há informações sobre a abertura de inquéritos, a quantidade de pessoas investigadas ou eventuais medidas de proteção às comunidades acadêmicas. O ministério informou que novas denúncias serão incorporadas aos procedimentos em andamento. A apuração dependerá da análise dos registros e das provas encaminhadas às autoridades.

Esquema sob investigação Denúncia aponta que estrutura usada para retirar R$ 55,5 milhões de contratos públicos também teria movimentado dinheiro do tráfico internacional de cocaína para a Europa

MPF investiga elo entre desvio na saúde do PR e tráfico de cocaína

MPF denuncia cinco pessoas por esquema que teria desviado R$ 55,5 milhões de contratos públicos de saúde no Paraná e em outros estados

DA REDAÇÃO
Cascavel



Deltan acusa PT-PR de ameaça após partido publicar "você é o próximo" Divulgação

●Uma organização criminosa suspeita de desviar R$ 55,5 milhões destinados à saúde pública no Paraná e em outros estados também teria utilizado sua estrutura financeira para lavar dinheiro proveniente do tráfico internacional de cocaína para a Europa. A conexão foi apontada pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Mens Scitus, que resultou em denúncia contra cinco pessoas por crimes relacionados à apropriação de recursos públicos, lavagem de dinheiro, organização criminosa e irregularidades tributárias.

O caso tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba e teve novas movimentações processuais em outubro de 2026. A investigação envolve os institutos Corpore e Civitas, organizações que firmaram parcerias com prefeituras para a execução de serviços públicos, especialmente na área da saúde. Segundo o MPF, dirigentes das entidades teriam utilizado empresas que simulavam serviços de consultoria e assessoria para retirar dinheiro dos contratos e ocultar sua destinação.

A denúncia foi recebida pela Justiça Federal em março deste ano. O Ministério Público calcula um prejuízo de aproximadamente R$ 55,5 milhões aos cofres públicos e aponta, separadamente, suspeitas de sonegação de R$ 98,1 milhões em tributos e contribuições previdenciárias. Os fatos ainda são objeto de processo criminal, sem condenação definitiva dos denunciados nesta ação penal.

TRÁFICO DE COCAÍNA

Os valores da investigação

- **R$ 55,5 milhões:** prejuízo aos cofres públicos apontado pelo MPF
- **R$ 98,1 milhões:** suspeita de sonegação de tributos e contribuições previdenciárias
- **R$ 25,3 milhões:** transferências a empresas que, segundo a acusação, simulavam serviços
- **R$ 14,8 milhões:** valores que teriam sido destinados diretamente a dirigentes
- **R$ 15,3 milhões:** movimentações realizadas em nome de terceiros

Conexão com a cocaína

A suspeita de lavagem de dinheiro do narcotráfico é um dos elementos mais graves da investigação. Em comunicado oficial divulgado em 11 de março, o MPF informou que a organização teria utilizado as mesmas contas bancárias para movimentar tanto recursos desviados da saúde pública quanto valores provenientes do tráfico de cocaína destinada à Europa.

Segundo a Procuradoria, o apontado mentor intelectual do grupo já havia sido condenado a 31 anos de prisão no âmbito da Operação Narcobroker, relacionada ao tráfico internacional de drogas. Na data da divulgação, essa condenação estava em fase de recurso na segunda instância.

A acusação não significa que o dinheiro retirado dos contratos de saúde tenha sido utilizado para financiar o tráfico. A conexão descrita pelo MPF é outra: a suspeita de que a estrutura financeira empregada para ocultar os desvios também recebia e movimentava valores originados do narcotráfico.

A divulgação oficial do Ministério Público atribui expressamente essa conexão à denúncia criminal. Entretanto, a íntegra dos elementos probatórios relativos ao tráfico não foi examinada pela Gazeta nesta etapa da apuração, razão pela qual as informações são apresentadas como acusações do MPF, e não como fatos definitivamente comprovados.

O esquema

A investigação aponta que o grupo utilizava duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), o Instituto Corpore e o Instituto Civitas, para receber verbas de contratos e parcerias celebrados com administrações municipais. As entidades atuavam na execução de serviços de interesse público, incluindo atividades ligadas à saúde. Entre 2014 e 2022, segundo o MPF, integrantes da organização teriam estruturado um mecanismo de transferências financeiras para retirar recursos dessas instituições por meio de pagamentos a empresas que aparentavam prestar serviços.

A Procuradoria afirma que quatro empresas eram utilizadas para simular consultorias. A investigação identificou aproximadamente R$ 25,3 milhões transferidos a essas pessoas jurídicas sem a correspondente prestação de serviços. Outros R$ 14,8 milhões teriam sido destinados diretamente a dirigentes das entidades, enquanto R$ 15,3 milhões foram movimentados em nome de terceiros.

A utilização de intermediários, conforme a acusação, teria dificultado a identificação dos beneficiários finais dos recursos. O Ministério Público também aponta a aquisição de imóveis de alto padrão e veículos importados, entre eles uma BMW 428i, com valores suspeitos de terem sido retirados dos contratos públicos.

Os montantes divulgados representam as conclusões da investigação e ainda dependem de apreciação judicial. O recebimento da denúncia significa que a Justiça identificou elementos suficientes para iniciar a ação penal, não que tenha reconhecido a culpa dos acusados.

Municípios

A atuação das entidades investigadas alcançou diferentes regiões do Paraná. Levantamentos sobre contratos e termos de parceria apontam vínculos com administrações municipais de Assaí, Bela Vista do Paraíso, Curiúva, Farol, Figueira, Foz do Iguaçu, Goioerê, Peabiru e Reserva.

Também existem registros históricos de parcerias envolvendo o Instituto Corpore em Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, e Corumbataí do Sul, no Centro-Oeste paranaense. Esses contratos foram objeto de questionamentos e fiscalizações em procedimentos anteriores à atual ação penal.

Em Bela Vista do Paraíso, por exemplo, o Tribunal de Contas da União examinou transferências realizadas ao Instituto Corpore em 2013 e 2014, que somaram aproximadamente R$ 5,5 milhões. Parte desses recursos tinha origem federal, e a fiscalização levantou questionamentos sobre despesas administrativas e prestação de contas.

Em Corumbataí do Sul, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná analisou uma parceria de 2008 e determinou, em decisão divulgada em 2020, a restituição de valores considerados irregulares. Rio Branco do Sul também foi objeto de procedimentos de fiscalização envolvendo repasses ao instituto.

Esses episódios demonstram que a atuação das entidades já havia despertado a atenção de órgãos de controle antes da Operação Mens Scitus. Entretanto, os contratos históricos não podem ser automaticamente incluídos no prejuízo de R$ 55,5 milhões apontado pelo MPF, porque envolvem períodos e procedimentos distintos.

A existência de parceria entre uma prefeitura e os institutos também não representa, por si só, indício de participação de agentes municipais nos crimes investigados. Para estabelecer essa relação, seria necessário identificar os contratos individualmente abrangidos pela denúncia e as responsabilidades atribuídas a cada envolvido.

Cinco denunciados

A ação penal nº 5066046-09.2025.4.04.7000 identifica cinco pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal: André Luis Ulrich, Crys Angélica Ribeiro de Carvalho, Rodrigo Reis Cirino, James Lopes e Célia Maria Ulrich. André Luis Ulrich e Crys Angélica são apontados na acusação como integrantes centrais da estrutura de administração das entidades e das movimentações financeiras investigadas. Rodrigo Reis Cirino e James Lopes também aparecem relacionados à atuação administrativa e às operações atribuídas ao grupo.

A denúncia individualiza as condutas e os crimes atribuídos a cada acusado. Entre as imputações estão peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa e, para parte dos denunciados, delitos tributários e previdenciários.

A Justiça determinou o desmembramento da ação em relação a Célia Maria Ulrich, considerando circunstâncias pessoais e de saúde. O procedimento busca assegurar as condições necessárias ao exercício do direito de defesa. Outras duas pessoas que haviam sido investigadas não foram incluídas na denúncia, após arquivamento dos procedimentos em relação a elas.

Empresas investigadas

A denúncia também identifica empresas que teriam sido utilizadas para movimentar os valores retirados dos institutos. Entre as pessoas jurídicas mencionadas estão R. O. Pedroso Eireli, L. M. M. Assessoria, MB Treinamentos Ltda. e AP Amorim Papelaria.

Segundo o MPF, as empresas apresentavam operações comerciais e prestações de serviços que, na avaliação dos investigadores, serviam para justificar transferências financeiras sem atividade econômica correspondente.

A apuração envolve notas fiscais, registros bancários, documentos societários e informações sobre os beneficiários das movimentações. Parte do material foi obtida por meio de diligências da Polícia Federal e compartilhamento de dados fiscais.

As relações entre dirigentes e empresas também aparecem em documentos de fiscalizações anteriores. A investigação criminal, entretanto, precisa demonstrar a participação individual de cada acusado e a origem ilícita dos valores movimentados, questões que permanecem submetidas ao contraditório.

Voo que levou Flávio aos EUA custou R$ 816 mil e foi pago por intermediário

Dono da companhia aérea informou que o valor saiu de uma conta empresarial nos Estados Unidos e foi transferido para um banco argentino; identidade de quem contratou a viagem não foi revelada

Da Redação
Cascavel


Dono de companhia aérea confirma pagamento de R$ 816 mil por voo Divulgação

●O voo que transportou o senador Flávio Bolsonaro (PL) e sua família da Argentina para os Estados Unidos custou US$ 150 mil, o equivalente a cerca de R$ 816 mil. O pagamento foi feito por um intermediário do setor de aviação que vive nos Estados Unidos, mas a identidade de quem contratou o serviço não foi esclarecida. As informações foram divulgadas em reportagem exibida no domingo (1º), com base em documentos e entrevistas sobre a operação.

A aeronave utilizada foi um jato executivo Gulfstream G400, de prefixo LV-JQW, operado pela empresa argentina Baires Fly, pertencente ao empresário Luis Grande. Em entrevista à agência France-Presse (AFP), o proprietário afirmou que o dinheiro saiu de uma conta empresarial em um banco americano e foi transferido para uma instituição financeira na Argentina.

Segundo Grande, o pagamento foi realizado por um intermediário do setor de aviação residente nos Estados Unidos. O empresário, porém, não informou o nome dessa pessoa e disse desconhecer quem foi o contratante final do voo.

Embora a identidade de quem pagou pela viagem não tenha sido confirmada, veículos da imprensa americana apontaram que Jason Miller, assessor do presidente Donald Trump, teria participado da organização do deslocamento de Flávio Bolsonaro. O senador e o irmão, Eduardo Bolsonaro, já haviam se encontrado com Miller nos Estados Unidos, quando Flávio ainda era pré-candidato à Presidência da República.

Outra informação publicada pelo jornal argentino Clarín aponta que agentes americanos teriam assumido o controle de parte do aeroporto de Puerto Iguazú durante a operação de saída do senador.

O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, negou participação do governo americano na viagem. "Não facilitamos nada. Não tivemos nenhuma participação nos preparativos que ele fez. O governo dos Estados Unidos não teve participação direta em nenhuma das movimentações realizadas", declarou.

Argentina e Equador

O jato partiu de Puerto Iguazú, cidade argentina próxima a Foz do Iguaçu, no Paraná. A operação para levar Flávio e os familiares até o aeroporto envolveu diferentes deslocamentos. Uma das versões apuradas indica que o senador teria saído de Brasília na manhã de terça-feira (27), em uma aeronave ligada ao advogado Willer Tomaz, com destino a San Fernando, na região de Buenos Aires. De lá, teria seguido em outro voo particular para Puerto Iguazú. Já a mulher do senador, Fernanda, e as duas filhas do casal teriam viajado de Brasília à Cascavel, antes de seguir de van para a Argentina.

Embora os registros migratórios argentinos indiquem uma entrada terrestre de Flávio no país, a principal linha de apuração aponta que ele teria chegado a Puerto Iguazú de avião e permanecido por algumas horas dentro da aeronave, aguardando a chegada da família.

A assessoria de Willer Tomaz negou que aviões pertencentes a ele ou a empresas ligadas à família tenham sido utilizados por Flávio ou seus familiares para deixar o Brasil. Após reunir a família em Puerto Iguazú, o jato da Baires Fly seguiu para os Estados Unidos, com escala em Guayaquil, no Equador, para reabastecimento.

Flávio, Fernanda e as duas filhas desembarcaram na quarta-feira (28) semana passada, no Aeroporto Executivo de Opa-Locka, na região de Miami, na Flórida. A saída do terminal foi acompanhada por helicópteros de emissoras americanas, e os veículos que transportavam a família seguiram com escolta policial. O destino final do grupo não foi confirmado.

Defesa nega fuga

Flávio Bolsonaro deixou o Brasil após o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que entregasse os passaportes à Polícia Federal. Procurada pela imprensa, a empresa Baires Fly não respondeu aos questionamentos. O advogado Frederick Wassef, representante legal do senador, afirmou que as informações sobre a viagem não eram oficiais nem haviam sido confirmadas. Ele também negou que a saída do país tenha sido uma fuga.

RESIDENCE

LAZER E PRATICIDADE PARA EXPLORAR SUAS POSSIBILIDADES

AMEXCON

PISCINA COBERTA E AQUECIDA

ESPAÇO KIDS

BEACH TENNIS

+ SUPERMERCADO FESTVAL

ISTO É SQUARE LIFE CENTER

squarelifecenter.com.br

Fale com seu corretor.

SR CONSTRUTORA DESDE • 1997

IGUASSU ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

VASTO Engenharia

Disputa tributária Empresa ligada à família Massa obteve liminar contra acréscimo na base de cálculo do IRPJ e da CSLL para empresas com faturamento acima de R$ 5 milhões; União levou a disputa ao TRF4

Empresa da família Massa questiona aumento de impostos na Justiça

Empresa ligada à família Massa conseguiu suspender na Justiça aumento na base de cálculo de tributos, mas a União recorreu ao TRF4

DA REDAÇÃO
Cascavel



Empresa ligada à família Massa tenta barrar imposto maior sobre faturamentos milionários Divulgação

●A empresa Massa & Massa Comunicação e Marcas Ltda., ligada à família Massa, recorreu à Justiça Federal para tentar barrar um aumento de impostos que atinge negócios com faturamento anual superior a R$ 5 milhões. A mudança foi estabelecida por uma lei federal aprovada no fim de 2025 e altera a forma de calcular tributos pagos por empresas que utilizam o chamado lucro presumido. A companhia conseguiu uma decisão favorável em maio de 2026, mas a União apresentou recurso, levando a disputa ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

O processo envolve dois tributos federais: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Massa & Massa, que atua na intermediação e comercialização de espaços publicitários, sustenta que a nova legislação aumenta indevidamente a cobrança de impostos. O governo federal, por outro lado, defende que a alteração é legal e faz parte da redução de benefícios tributários.

A ação foi apresentada em 12 de maio de 2026, na 4ª Vara Federal de Curitiba, e recebeu o número 5025709-41.2026.4.04.7000. O valor atribuído à causa é de R$ 222.064, quantia que não representa necessariamente o total de impostos adicionais que a empresa teria de recolher.

Aumento dos impostos

A origem da disputa é a Lei Complementar nº 224, publicada em dezembro de 2025. A legislação foi criada para reduzir incentivos e benefícios tributários federais, com o objetivo de ampliar a arrecadação. Uma das mudanças atingiu empresas que utilizam o regime do lucro presumido. Nesse sistema, em vez de calcular os tributos diretamente sobre o lucro efetivamente obtido, a empresa aplica um percentual definido em lei sobre seu faturamento. O resultado é utilizado como base para calcular os impostos.

Com a nova regra, os percentuais utilizados nesse cálculo passaram a ter um acréscimo de 10% sobre a parcela do faturamento anual que ultrapassar R$ 5 milhões. Isso não significa que a alíquota do imposto aumentou 10 pontos percentuais, mas que a base sobre a qual ele é calculado ficou maior.

Para entender o efeito, basta imaginar uma empresa prestadora de serviços que fature R$ 6 milhões por ano e esteja sujeita ao percentual de presunção de 32%. Pela regra anterior, o último R$ 1 milhão faturado resultaria em uma base tributável presumida de R$ 320 mil. Com o acréscimo, esse valor passa para R$ 352 mil.

Na prática, a empresa passa a calcular os tributos sobre uma base R$ 32 mil maior, mesmo que seu faturamento permaneça inalterado. O valor efetivamente pago a mais depende das alíquotas aplicáveis e das características de cada contribuinte.

Contestação

A Massa & Massa argumenta que o lucro presumido não é um benefício fiscal concedido pelo governo, mas uma modalidade de tributação prevista na legislação brasileira. Por isso, sustenta que não poderia ser tratado como um incentivo a ser reduzido.

A mudança não aumenta a alíquota dos impostos em 10 pontos percentuais. Ela amplia a base de cálculo utilizada para cobrar IRPJ e CSLL sobre a parcela do faturamento que exceder R$ 5 milhões

Segundo a tese apresentada à Justiça, o governo utilizou uma lei destinada a diminuir benefícios tributários para aumentar a cobrança de impostos sobre empresas que apenas escolheram uma forma legal de calcular seus tributos. A empresa também questiona a possibilidade de a nova regra levar à tributação de uma renda presumida superior àquela originalmente estabelecida pela legislação. Para a Massa & Massa, isso poderia contrariar princípios constitucionais relacionados à capacidade econômica dos contribuintes.

O pedido apresentado à Justiça é para que a Receita Federal deixe de exigir o acréscimo e reconheça o direito da empresa de continuar calculando o IRPJ e a CSLL pelos percentuais anteriores à Lei Complementar nº 224/2025.

Liminar

Em 29 de maio de 2026, a juíza federal Vera Lúcia Feil concedeu uma liminar favorável à empresa. A magistrada entendeu, em análise provisória, que o lucro presumido funciona como um método simplificado de apuração dos impostos e não pode ser automaticamente equiparado a um benefício fiscal. Na decisão, a juíza considerou que a legislação tributária não estabelece o lucro presumido como uma vantagem concedida ao contribuinte. Por esse entendimento, determinou a suspensão da exigência do acréscimo de 10% nos percentuais utilizados para calcular os tributos da Massa & Massa.

A decisão também levou em consideração a proximidade do período de apuração dos impostos, uma vez que a empresa poderia ser obrigada a recolher valores maiores antes do julgamento definitivo da ação. A liminar, entretanto, não encerrou a discussão. A União recorreu ao TRF4 para tentar restabelecer a cobrança prevista na legislação.



Brasileirão Corinthians faz clássico paulista contra o São Paulo e tenta sair da zona do rebaixamento. Duelo do primeiro turno teve vitória alvinegra

Clássico Majestoso e o desespero do Timão

O Corinthians venceu o Mirassol na rodada passada, mas não conseguiu sair da zona da degola


A rodada terá o clássico Majestoso nesta quarta Rubens Chiri

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● São Paulo e Corinthians se enfrentam nesta quarta-feira (04), às 21h30, na Vila Belmiro, em Santos, em clássico válido pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. No Campeonato Brasileiro, São Paulo e Corinthians vivem momentos distintos na competição. O Tricolor vem de derrota por 3 a 2 para o Bahia, fora de casa, e ocupa a décima colocação, com 43 pontos. A equipe comandada por Dorival Júnior busca se recuperar no clássico para se aproximar da parte de cima da tabela e manter vivo o objetivo de conquistar uma vaga na Libertadores de 2027.

Do outro lado, o Corinthians chega ao Majestoso após vencer o Mirassol por 2 a 0, na Neo Química Arena. Apesar do resultado positivo, o Timão segue na zona de rebaixamento, ocupando a 17ª colocação, com 36 pontos. A equipe alvinegra precisa somar pontos na reta final do Brasileirão para deixar o Z4 e evitar a queda para a Série B.

Seedorf

O Corinthians terá um ingrediente inédito no clássico Majestoso. Será o primeiro confronto diante de um rival paulista sob o comando de Clarence Seedorf. Além da luta contra o rebaixamento, o holandês tentará encerrar um incômodo retrospecto do Timão em clássicos nesta temporada. Em sete partidas contra Palmeiras, São Paulo e Santos em 2026, o clube conquistou apenas uma vitória.

O Corinthians iniciou a temporada empatando por 1 a 1 com o São Paulo, em 18 de janeiro, pelo Campeonato Paulista. Quatro dias depois, voltou a empatar por 1 a 1, desta vez contra o Santos, na Vila Belmiro. O primeiro revés em clássicos aconteceu em 8 de fevereiro, quando o Timão foi derrotado por 1 a 0 pelo Palmeiras, em casa, pelo Estadual. Já pelo Campeonato Brasileiro, a equipe empatou por 1 a 1 com o Santos, em 15 de março, e ficou no 0 a 0 diante do Palmeiras, em 12 de abril.

A única vitória corintiana contra rivais paulistas em 2026 ocorreu em 10 de maio. Na ocasião, o Alvinegro bateu o São Paulo por 3 a 2, na Neo Química Arena. O duelo mais recente foi justamente o mais doloroso para a equipe. Em 11 de outubro, o Corinthians foi goleado por 4 a 1 pelo Palmeiras, no Allianz Parque.

NÚMERO
36
O Timão **segue na zona do rebaixamento** com 36 pontos ganhos

Ao todo, são sete clássicos disputados na temporada, com uma vitória, quatro empates e duas derrotas. O Timão soma aproveitamento de 33,3%, com sete gols marcados e dez sofridos.

O Corinthians confirmou na segunda-feira que a Conmebol negou o pedido apresentado pela CBF para homologar a licença de treinador de Clarence Seedorf. Diante da decisão, o clube alvinegro informou que enviará novos documentos à entidade brasileira e solicitará uma revisão do caso junto à confederação sul-americana.

A decisão da Conmebol se deve ao tempo de experiência de Seedorf como treinador profissional. A entidade sul-americana estabelece um mínimo de três anos de atuação na função para homologar a licença, período que o holandês ainda não alcançou. Mesmo com a Licença UEFA Pro, considerada a principal certificação europeia para técnicos, o comandante do Corinthians não atende à exigência de tempo de carreira.

Luz no fim de túnel

A missão ganha ainda mais importância pelo momento vivido pela equipe no Brasileirão. Após vencer o Mirassol por 2 a 0 na última rodada, o Timão encerrou uma sequência de dez jogos sem vitória e manteve vivo o sonho de escapar da zona de rebaixamento. Uma vitória no Majestoso pode significar a saída da equipe da degola, dependendo dos demais resultados da rodada.


Pedro Souza

BRASILEIRÃO

Galo encara o Fogão de olho no Grêmio hoje

●O Atlético-MG tem um jogo importante no próximo sábado (07) e terá a necessidade de vitória. O Galo fará o jogo de volta das semifinais da Copa do Brasil contra o Grêmio. No jogo de ida, no último fim de semana, o time mineiro foi derrotado por 2 a 0. Com isso, tem a necessidade de vencer por três gols de diferença para chegar na final. Mas antes de enfrentar o Tricolor Gaúcho, o Atlético-MG entra em campo pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro e encara o Botafogo. O confronto será às 21h30, no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro. Na tabela, o Galo é o sétimo colocado com 50 pontos e ainda pode conquistar uma vaga na próxima Libertadores. Além de buscar uma vaga na final da Copa do Brasil, o Galo é finalista da Copa Sul-Americana e irá enfrentar o Boca Juniors. Já o Glorioso tem a necessidade de voltar a vencer no Brasileiro. A equipe está no 12º lugar com 39 pontos e vem de duas derrotas seguidas para Internacional e Remo. Logo, um novo tropeço em casa aumentará o risco de queda.


Cesar Greco

BRASILEIRÃO

Furacão duela com o Vasco nesta quarta-feira

● O Athletico-PR volta a jogar em casa pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. O Furacão entra em campo nesta quarta-feira (04) e recebe o Vasco, às 19h30, na Arena da Baixada. O time paranaense teve uma sequência de três jogos sem vitória e quer reencontrar o caminho do resultado positivos. Na rodada passada, o Athletico-PR foi superado pelo Grêmio por 2 a 0. Antes, teve um empate fora de casa com o Vitória e uma derrota como mandante para o Palmeiras. Essa sequência empurrou o Furacão para o quinto lugar com 54 pontos. Com isso, o time quer pontuar para passar o Fluminense, que também tem 54 pontos. O Vasco entra em campo como o foco dividido. Na rodada passada, tomou um 4 a 1 do Flamengo no clássico. Com isso, segue ameaçado pelo rebaixamento com 38 pontos. Mesmo assim, a tendência é que o Cruzmaltino preserve o time para o duelo decisivo contra o Palmeiras no próximo domingo (08) que vale vaga na final da Copa do Brasil. No último domingo, o Vasco foi derrotado por 1 a 0, em São Paulo.


Assessoria Cascavel

CASCAVEL

César Bueno deixa o comando do time Sub-20

● O técnico César Bueno encerrou sua segunda passagem pelo comando do Sub-20 do Cascavel. Nesta temporada, o treinador esteve à frente da equipe em cinco partidas pela Copa Sul, somando uma vitória, dois empates e duas derrotas. Em sua primeira passagem, comandou o Sub-20 em 49 jogos e foi peça importante na consolidação do Cascavel entre as quatro principais forças do futebol paranaense na categoria. Entre as conquistas, destacam-se o vice-campeonato paranaense de 2025 e duas classificações históricas para a Copa São Paulo de Futebol Júnior. O treinador também esteve à frente da equipe profissional do Cascavel entre as temporadas de 2025 e 2026. Ao todo, César Bueno encerra sua trajetória no Sub-20 com 54 partidas, deixando um legado de conquistas e desenvolvimento para a base aurinegra.

Líder Flamengo recebe o Grêmio no Maracanã pelo Brasileiro hoje

O Rubro-Negro pode ampliar a vantagem na ponta da tabela

Da redação
Cascavel

●O Flamengo pode dar mais um importante passo rumo ao título do Campeonato Brasileiro. Nesta quarta-feira (04), o Rubro-Negro volta a jogar em seus domínios e recebe o Grêmio, às 19h30, no Maracanã, no Rio de Janeiro, pela 34ª rodada.

Na rodada passada, o Rubro-Negro goleou o Vasco por 4 a 1 e contou com o tropeço do Palmeiras. Sendo assim, abriu três pontos de vantagem para o Verdão que é o principal concorrente. O Flamengo lidera o campeonato com 73 pontos e o Palmeiras é o vice-líder com 70. Nesta rodada, o time paulista entra em campo na quinta (05) e joga como Remo. O Palmeiras torce por uma derrota do Flamengo para o Grêmio para que ele possa igualar na pontuação. Mas, mesmo que seja derrotado, o Flamengo não perde a liderança porque tem mais vitórias que o Palmeiras.

Além de conseguir a vantagem na ponta da tabela, o Rubro-Negro ampliou também as possibilidades de conquistar o título. O Mengão chegou a 87,3% de chance de ser campeão, de acordo com o Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Verdão perdeu mais de metade de sua probabilidade anterior, caindo de 30,4% para 12,7%.

Desfalques

Apesar das dores no joelho esquerdo ao deixar o campo na goleada do Flamengo por 4 a 1 sobre o Vasco, Lucas Paquetá não teve nenhuma lesão grave diagnosticada. Assim, Lucas Paquetá se junta a Plata, Alex Sandro e Danilo entre os desfalques do Flamengo. O atacante equatoriano estará suspenso diante do Grêmio, enquanto o lateral-esquerdo sofreu um edema na coxa esquerda e também não deve ser opção para Leonardo Jardim. Por fim, o zagueiro ainda se recupera de uma cirurgia na mandíbula e fecha a lista de baixas do clube.

NÚMERO
87
O Mengão chegou a 87,3% de **chance de ser campeão**, de acordo com o Departamento de Matemática da UFMG


O Flamengo lidera o Brasileirão Adriano Fontes

Copa do Brasil

O Grêmio conseguiu sair da zona do rebaixamento com a importante vitória por 2 a 0 sobre o Athletico-PR na rodada passada. O time tem 37 pontos e o risco de queda ainda é grande. Portanto, necessita pontuar diante do Flamengo. O detalhe é que o Grêmio tem também como prioridade a conquista da vaga na final da Copa do Brasil. No último domingo, o Tricolor Gaúcho construiu uma ótima vantagem ao derrotar o Atlético-MG por 2 a 0. No próximo sábado (07), o Grêmio faz a partida de volta contra o Galo e pode até perder por um gol de diferença que ainda assim avança para a decisão.

Definidas as datas das semifinais da Série Ouro

Luciano Neves
Cascavel

● Apenas quatro equipes seguem vivas na busca pelo título da edição de 2026 do Campeonato Paranaense da Série Ouro. São dois times que já sabem o que é levantar uma taça. E outros dois que buscam o título inédito. O Pato Futsal chegou pela quarta vez seguida nas semifinais ao passar pelo Chopinzinho. Agora, o time de Pato Branco terá pela frente o Dois Vizinhos. O jogo de ida das semifinais será no próximo sábado (07), no ginásio Teodorico Guimarães, às 20h10, em Dois Vizinhos. A partida de volta será no dia 22 de novembro, na Arena Cláudio Petrycoski. Como tem a melhor campanha, o Pato Futsal fará o jogo de volta diante de sua torcida. E se avançar para a final também decide em casa.Neste ano, o Pato busca algo inédito do futsal paranaense: tenta conquistar quatro títulos de maneira consecutiva. O time de Pato Branco venceu as edições de 2023, 2024 e 2025. O Dois Vizinhos volta a disputar as semifinais do Estadual. A equipe chegou na decisão uma vez, em 2019, e foi superado pelo Foz Cataratas. Neste ano busca o título inédito.

O outro confronto das semifinais será entre Marreco de Francisco Beltrão e Umuarama. O Marreco confirmou a condição de freguês do Cascavel Futsal em jogos de mata-mata do Estadual e eliminou o maior campeão do Estado com a vitória por 3 a 1 em casa, no último sábado.


O Marreco eliminou o Cascavel Futsal Bruno Cagnini

O Marreco busca o título inédito e tem duas finais no currículo. Em 2017 perdeu para o Pato Futsal nos pênaltis. No ano seguinte, em 2018, nova decisão por pênaltis e mais um vice-campeonato ao ser derrotado pelo Foz Cataratas. Esta é a terceira vez seguida que o Marreco chega nas semifinais e agora quer o título inédito.

Por ter melhor campanha que o Umuarama na fase inicial, fará o jogo de volta em casa. O primeiro clássico será no próximo sábado (07), às 20 horas, no Amário Vieira da Costa, em Umuarama. O jogo de volta será no dia 14 de novembro, às 19 horas, no Arrudão.

O Umuarama é bicampeão paranaense e venceu as edições de 2007 e 2008. O representante do noroeste tenta chegar pela oitava vez na decisão do Estadual.

Publicidade Legal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº INTERNO GMS 1034/2026 - Nº COMPRAS.GOV.BR 40/2026 - SRP
PROTOCOLO Nº 25.883.622-7
OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual prestação de serviços de apoio logístico, fornecimento de recursos humanos especializados (recepção, segurança, apoio técnico e saúde) e serviços de hospedagem corporativa, para suporte à realização e atendimento à demanda de eventos do Governo do Estado do Paraná.
INTERESSADO: Diversos órgãos.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência, em 28 de outubro de 2026.
SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 24 de novembro de 2026 às 10h00min.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp)
Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/Compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº. 32/2026-PMSI, para a aquisição de camisetas destinadas ao 4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa ZOKA TEXTIL LTDA – CNPJ: 61.752.071/0001-35, com sede em Laranjeiras do Sul, PR, pelo valor total de R$ 19.300,00 (dezenove mil e trezentos reais)

Saudade do Iguaçu/PR, 3 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.150/2026
PROCESSO Nº 116/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 32/2026-PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO
Aquisição de camisetas destinadas ao 4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A realização do 4º Torneio de Pesca Esportiva à Tilápia Rendalli – Daizi Trento justifica-se pela sua relevância para o município de Saudade do Iguaçu – PR, considerando os benefícios relacionados ao desenvolvimento turístico e econômico, à preservação ambiental e à integração da comunidade local. O Lago de Salto Santiago apresenta condições favoráveis à prática da pesca esportiva, constituindo um importante atrativo natural do município. A realização do torneio contribui para a valorização desse patrimônio, incentivando o turismo e promovendo a divulgação de Saudade do Iguaçu. Além disso, o evento pode movimentar a economia local, beneficiando os setores de comércio, serviços, gastronomia e atividades relacionadas à pesca esportiva. No aspecto ambiental, o torneio adota a modalidade de pesca esportiva com a prática de pesque e solte, incentivando a preservação da fauna aquática e a conscientização ambiental dos participantes. Também prevê ações de recuperação e conservação ambiental, como o plantio de árvores nativas nas margens do reservatório, contribuindo para a proteção dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. O evento, destinado aos munícipes de Saudade do Iguaçu, proporciona uma alternativa de lazer e prática esportiva em contato com a natureza. Além de incentivar hábitos saudáveis, promove a integração entre os participantes, o espírito esportivo e a confraternização entre famílias e apreciadores da pesca, fortalecendo os vínculos comunitários.
Diante do exposto, a contratação justifica-se pelo interesse público envolvido na realização do torneio, considerando sua contribuição para o lazer da população, o incentivo à prática esportiva, a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento turístico, econômico e socioambiental do município. A escolha da contratada deverá estar devidamente fundamentada no processo administrativo, conforme a modalidade de contratação adotada, com a demonstração do atendimento aos requisitos legais e das condições que justificam a seleção.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 FORNECEDOR
ZOKA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 61.752.071/0001-35.

LOTE	ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	100	Camiseta malha Dry Fit, 90% poliéster, 10% elastano, manga curta, gola redonda, antiodor, cores e estampas a serem definidas pela secretaria solicitante.	UN	50,00	5.000,00
1	2	100	Camiseta malha Dry Fit, 90% poliéster, 10% elastano, manga longa, gola redonda, antiodor, cores e estampas a serem definidas pela secretaria solicitante.	UN	65,00	6.500,00
1	3	100	Camiseta malha Dry Fit, 90% poliéster, 10% elastano, manga longa, com capuz, anti-odor, cores e estampas a serem definidas pela secretaria solicitante.	UN	78,00	7.800,00
						VALOR TOTAL R$ 19.300,00

4.2 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12.00 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade: 12.01 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Ação: 23.691.0017.2.061 – Incentivos as Atividades Comerciais, de Serviços e de Turismo
Despesa: 3.3.90.32.99.04 – Demais Materiais Para Distribuição Gratuita
Principal: 1113 Despesa: 6771
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

7. DA ENTREGA
As camisetas deverão ser entregues no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Saudade do Iguaçu/PR, 3 de novembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal







HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Proximidade com os filhos, criatividade e caminhos abertos no amor darão leveza ao feriado. Se você pensa em mudanças, aproveite para ajustar os planos e definir os próximos passos. A fase trará decisões sérias e amizades em um ambiente diferente. Solte a imaginação e crie programas divertidos. Se o coração estiver livre, poderá se apaixonar intensamente!

Touro (21/04 a 20/05)
Conexão com a família, com os antepassados e suas origens dará um tom afetivo ao feriado. Reúna pessoas queridas para um almoço e curta momentos reconfortantes. Na vida íntima, conversas mais profundas ajudarão a esclarecer inseguranças e fortalecer a união. Expresse seus desejos e se posicione nas relações. Retome uma atividade física.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Notícias de amigos, conversas com o par ou momentos gostosos com os filhos movimentarão este feriado. Boas leituras e pesquisas de trabalho trarão ideias e despertarão interesses. Uma viagem a dois ou em família poderá entrar nos planos. Invista nos estudos e descubra um curso estimulante. As comunicações estarão abertas. Cheiro de novidade no ar!

Câncer (21/06 a 22/07)
Boas compras e decisões financeiras com a família marcarão o feriado. Deixe a casa mais bonita, invista em conforto ou amadureça um plano de mudança. Ideias brilhantes poderão abrir caminhos na carreira e aumentar seus rendimentos, desenvolva uma de cada vez. O dia trará inspiração para elevar padrões e pensar no futuro. Foque numa nova construção!

Leão (23/07 a 22/08)
Com Lua em seu signo, o feriado trará energia e vontade de partir para a ação. Cuide da imagem, movimente o corpo e escolha uma atividade que dê prazer. Uma conversa retomada ajudará a esclarecer um assunto pendente e aproximar pessoas queridas. A confiança nos seus planos aumentará ao longo do dia. Expresse seu carinho com atitudes generosas.

Virgem (23/08 a 22/09)
Reserve o feriado para descansar, restaurar as energias e equilibrar o humor. Um pouco de recolhimento ajudará a avaliar os sentimentos e encontrar soluções para os desafios atuais. A proximidade de alguém querido trará acolhimento e boas conversas. Um assunto financeiro ganhará outra perspectiva. Diminua exigências e a autocobrança. Relaxe!

Libra (23/09 a 22/10)
Reúna amigos e aproveite o feriado para aumentar a participação social. Vênus retrógrado em seu signo trará mudanças na maneira de se apresentar e de se relacionar, além de tornar as escolhas mais criteriosas. Cuide da imagem e do seu equilíbrio. Combinar os gastos facilitará planos com seu grupo. Carinho e boas conversas manterão o astral em alta!

Escorpião (23/10 a 21/11)
O feriado trará planos para o futuro e vontade de realizar um projeto pessoal. Com Sol em seu signo, valorize seus talentos e perceba o que deseja renovar nesta fase. Uma conversa íntima esclarecerá sentimentos e fortalecerá a confiança nas escolhas. Rever uma proposta abrirá possibilidades na carreira. Repense objetivos e comece um novo ciclo!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Conhecer um lugar diferente ou fazer um passeio mais longo animará o clima. O feriado trará otimismo e inspiração para retomar planos de um curso ou de viagem ao exterior. Uma amizade poderá se reaproximar com boas notícias e convites. Na vida íntima, hora de realizar sonhos a dois e renovar os sentimentos. Finalize um ciclo. Poder de influência em alta!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Uma conversa íntima ajudará a esclarecer uma decisão e fortalecer os planos a dois. Rever um acordo financeiro trará solução para o que vocês desejam realizar. Um antigo contato profissional reaparecerá com uma proposta interessante. Troca de ideias com a família dará mais clareza aos projetos de longo prazo. Confiança, cumplicidade e clima quente no amor!

Aquário (21/01 a 19/02)
O feriado será repleto de carinho e de surpresas gostosas. Escute o que alguém importante em sua vida tem a dizer e compartilhe sonhos. Enquanto aguarda respostas de trabalho, valorize suas conquistas e reflita sobre o que quer para o futuro. A fase trará maior visibilidade e sucesso profissional. Rompa velhas barreiras e aumente sua exposição e prestígio!

Peixes (20/02 a 20/03)
Cuide do corpo, da saúde e escolha um programa agradável para aproveitar o feriado. Caminhada no parque, treino ou passeio ao ar livre renovará sua disposição física, além de inspirar boas reflexões. Um acerto financeiro com o par ou com a família dará mais tranquilidade. Viagens e acertos jurídicos ganharão novas soluções. Comece uma nova atividade!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

04 Qua — 21° 29° — 12.3mm — Chuva forte de manhã. Aberturas de sol à tarde e pancadas de chuva que vão até a noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 29°	21° 33°	12.3mm 91% de chance	70% 94%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NE - 18km/h	↙ NE - 63km/h	05:44h às 18:50h	Minguante

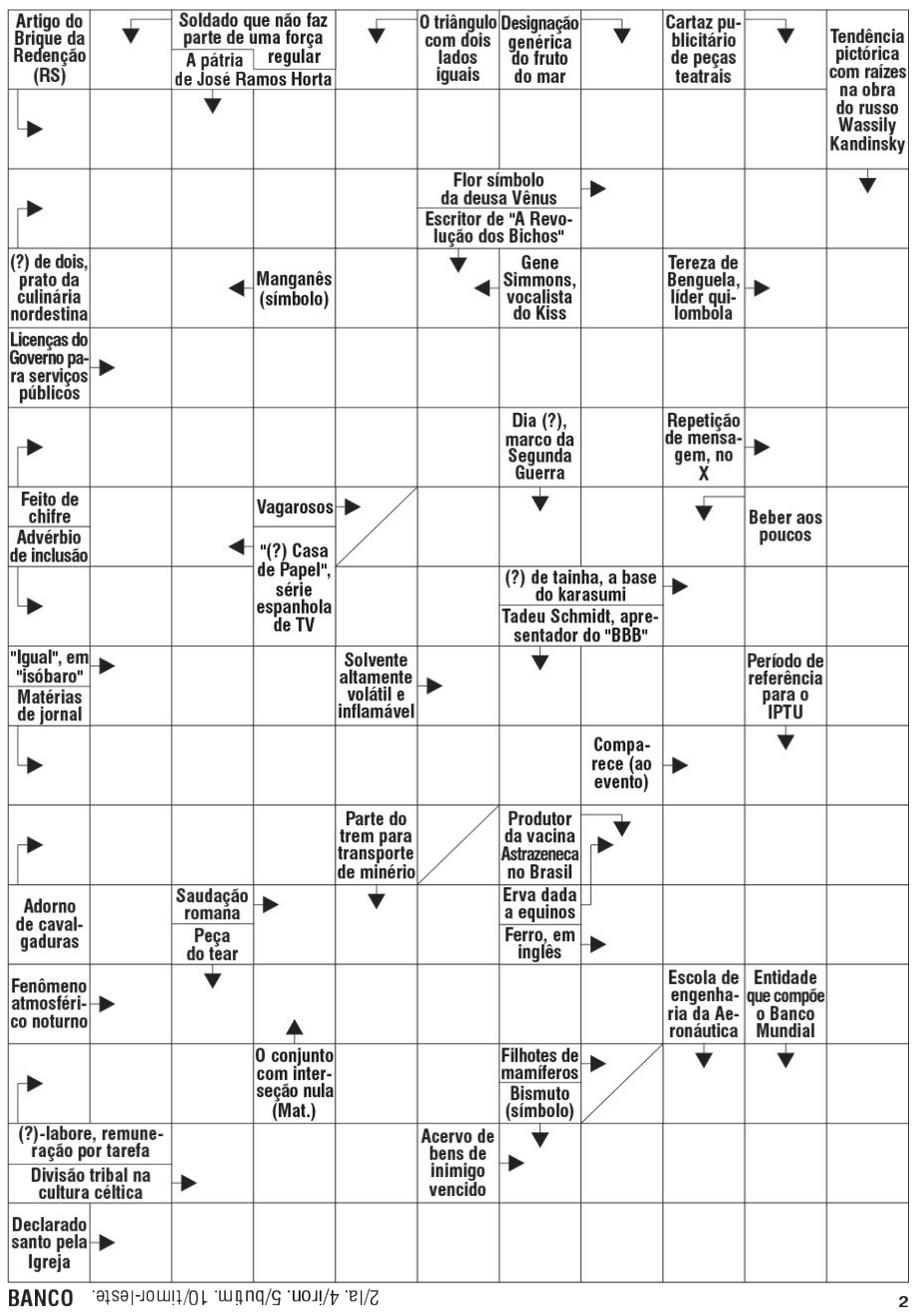
05 Qui — 20° 26° — 29.2mm — Chuva forte de manhã. Ainda chove no começo da tarde. As nuvens diminuem e o sol aparece.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 26°	22° 28°	29.2mm 93% de chance	74% 96%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↗ SSW - 7km/h	↗ SSW - 43km/h	05:44h às 18:50h	Minguante

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 2/1a. 4/iron. 5/butm. 10/timor-este. 2



Solução

C	A	N	O	N	I	Z	A	D	O		
	C	L	A		B	U	T	I	M		
P	R	O		G	L		C_{R}	I	A	S	
	O	R	O	V	A	L	H	O		I	
		D		A	V	E		I	R	O	N
J	A	E	Z		R_{W}		F	E	N	O	
A	R	T	I	G	O	S		V	A	I	
	I	S	O		E	T	E	R		C	
A	T	E		S	G			O	V	A	
	A	L		L_{E}	R	D	O	S		R	
C	O	R	N	E	O		C		R	T	
	C	O	N	C	E	S	S	O	E	S	
	N	M		S	G		I		T	B	
B	A	I	A	O			R	O	S	A	
A	R	T	E	S	A	N	A	T	O		
	F			I			M			P	

EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* **Gazeta do Paraná**

Editorial

A conta não é dos prefeitos

● Há uma diferença fundamental entre administrar um Estado e administrar expectativas eleitorais. O governador Ratinho Junior parece ter descoberto essa diferença apenas quando chegou a hora de pagar a conta dos compromissos anunciados aos municípios paranaenses. Depois de meses de promessas, cerimônias e cifras bilionárias, o governo agora suspende repasses, revisa convênios e aponta para as prefeituras como responsáveis pelos investimentos que podem não sair do papel.

A **Gazeta do Paraná** alertou para esse risco muito antes das eleições. Desde maio, quando o então secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, reconheceu que não havia condições financeiras para atender à totalidade das demandas municipais, este jornal questionou a distância entre os anúncios e a capacidade efetiva de execução. O que parecia uma advertência incômoda transformou-se, meses depois, em um problema administrativo concreto.

Os números ajudam a dimensionar a contradição. Segundo dados apresentados pelo deputado Paulo Gomes na Assembleia Legislativa, de aproximadamente R$ 6,4 bilhões em investimentos anunciados, apenas R$ 858 milhões haviam sido efetivamente pagos até junho. Outros R$ 1,49 bilhão tinham sido empenhados. A diferença entre anunciar, comprometer recursos e efetivamente transferi-los não é um detalhe contábil. É precisamente a diferença entre uma promessa política e uma obra que pode começar.

A situação se agravou com o cancelamento de 445 prioridades de investimentos e a suspensão de outras 304, envolvendo aproximadamente R$ 1,3 bilhão. Depois veio o ultimato de 48 horas para que prefeituras prestassem informações sobre licitações. Por fim, o Decreto nº 15.581, assinado em 30 de outubro, colocou sob revisão até convênios já formalizados, autorizando a suspensão preventiva de repasses e a avaliação de sua continuidade.

É legítimo que o Estado exija documentação, projetos adequados e regularidade administrativa. Prefeituras também possuem responsabilidades, e eventuais descumprimentos precisam ser identificados e corrigidos. Mas nenhuma dessas obrigações dispensa o governador de responder pela dimensão dos compromissos que seu próprio governo decidiu anunciar.

Na terça-feira, o líder governista Hussein Bakri afirmou na Assembleia que determinados municípios não concluíram projetos ou deixaram de cumprir exigências. Disse também que, nessas condições, os investimentos não terão continuidade. Não apresentou, contudo, uma relação de municípios, valores ou convênios que permitisse verificar a extensão das irregularidades apontadas. A responsabilização pública das prefeituras exige mais do que uma afirmação genérica na tribuna.

O contexto eleitoral torna essa prestação de contas ainda mais necessária. Os anúncios de investimentos ocorreram durante um período de intensa movimentação política, quando o governo trabalhava pela continuidade de seu grupo no Palácio Iguaçu. Em junho, o deputado Delegado Jacovós chegou a denunciar supostas pressões sobre prefeitos para que manifestassem apoio ao candidato governista em troca de recursos. Eram acusações que exigiam apuração, não fatos comprovados. Mas reforçavam a necessidade de transparência sobre os critérios de distribuição e execução dos investimentos.

Também não se pode ignorar a deterioração das contas estaduais. O Paraná registrou déficits primário e orçamentário em 2025, depois de anos de resultados positivos, e apresentou redução de suas reservas financeiras. Isso não equivale a dizer que o Estado esteja insolvente. Significa, entretanto, que a administração tinha razões objetivas para agir com prudência antes de multiplicar compromissos e expectativas.

A pergunta que Ratinho Junior precisa responder é simples: se havia limitações financeiras conhecidas, por que o governo permitiu que tantos investimentos fossem anunciados sem esclarecer, desde o início, quais possuíam condições efetivas de execução?

O problema não desaparece quando se transfere a discussão para a documentação municipal. Tampouco se resolve com um decreto publicado depois das eleições, a poucas semanas do encerramento do mandato. Uma administração responsável deve explicar o que prometeu, o que formalizou, o que pagou e o que deixará pendente.

Os prefeitos devem prestar contas de suas obrigações. O governador, das suas. E a responsabilidade pelo planejamento financeiro do Estado não pode ser transferida às administrações municipais por conveniência política.

Ratinho Junior encerra seu governo diante de uma cobrança que não pode ser respondida com a indicação genérica de culpados. Cabe-lhe apresentar números completos, identificar os convênios afetados e esclarecer por que a realidade financeira agora impõe restrições a investimentos anteriormente apresentados à população como conquistas.

O Paraná precisa dessa explicação antes da troca de governo. Porque a conta dos anúncios não pertence apenas aos prefeitos. Pertence, antes de tudo, a quem decidiu fazê-los.

O que o monitoramento das eleições revela sobre a Justiça Eleitoral

Jamil
ASSIS

**Diretor Institucional do Instituto Sivis, atua há 12 anos na defesa de valores democráticos. Engenheiro civil (UTFPR) e mestre em Estudos Católicos pela Franciscan University of Steubenville*

Durante as eleições desse ano, a Justiça Eleitoral teve a oportunidade de aplicar pela primeira vez uma série de novas regras sobre propaganda eleitoral. Sejam regras que foram criadas para o pleito desse ano, ou que estão sendo aplicadas de forma inédita numa eleição a nível federal e estadual, há muito espaço para juízes eleitorais avançarem novos entendimentos. Com tantos tribunais eleitorais interpretando estas regras em conjunto, apenas uma análise global e comparada pode mostrar onde os aplicadores do direito caminham juntos e onde divergem.

É pensando nisso que o Instituto Sivis mantém o Boletim LEME - Liberdade de Expressão e Monitoramento Eleitoral. A cada remessa, o Sivis reúne as decisões pertinentes, classifica-as por tema e dispositivo, buscando separar o que é consenso do que é divergência. Este artigo reúne três achados desse acompanhamento, que foram escolhidos porque, neles, a jurisprudência já se formou o bastante para ser testada, mas não o bastante para dispensar o TSE.

O primeiro caso é sobre art. 9º-B da resolução do TSE sobre propaganda eleitoral, uma das novidades para o pleito desse ano. Ele exige aviso explícito, destacado e acessível sobre o uso de IA. Para a maioria dos TREs, trata-se de dever formal e objetivo: o TRE/BA manteve a remoção de uma sátira, apesar do "caráter evidente de charge" (rec. 0601869-91), e o TRE/PE exigiu que o aviso apareça no início do vídeo, e não apenas ao final (rec. 0600273-39). Já o TRE/SE foi além: a falta do aviso é irregular mesmo sem prova de que o conteúdo pudesse enganar o eleitor (rec. 0600411-81).

Ou seja, a interpretação que vem se consolidando é que a ausência de rotulação é suficiente para remoção de uma propaganda eleitoral, independentemente se o conteúdo é legítimo ou não. Inclusive o ministro André Mendonça tratou a omissão dessa indicação como irregularidade autônoma que justifica a indisponibilização (Rp 0602180-23). A exceção é o TRE/DF, para quem o dever pressupõe aptidão para induzir a erro. Para o Tribunal do Distrito Federal, uma charge de "artificialidade ostensiva" equivale a "um desenho feito à mão" e dispensa o aviso (Rp 0600105-16). Resta saber se a sátira óbvia está realmente isenta.

Outra regra nova é o art. 9º-E, VI da resolução sobre propaganda eleitoral, que diz quando umaa plataforma deve agir sem nova ordem judicial. Cientificada da decisão que reconheceu a irregularidade, as plataformas digitais devem indisponibilizar réplicas idênticas ou substancialmente equivalentes. O TRE/PE manteve essa ordem contra o Facebook (Rec. 0600138-27, 03/08), em decisão que a legitimidade do provedor era reconhecida, mas sem sanção efetiva.

O que cabe destaque é que essa regra nova já foi aplicada, por diferentes Tribunais, contra quem produz o conteúdo, e não somente contra quem o veicula. O TRE-AL a invocou para impedir que uma revista repetisse a matéria considerada propaganda eleitoral (rec. 0600166-12), e o TRE/PE, para proibir o administrador de um perfil de republicar o vídeo em qualquer conta sob seu controle (rec. 0600058-63). Há limite, porém: o TRE/MA negou o pedido de proibir um pré-candidato de fazer publicações futuras "idênticas ou semelhantes", e decidiu que a ordem de não repetir só vale para o conteúdo específico já julgado (rec. 0600242-14). Como se trata de uma regra nova, parece que aqui há espaço para que o TSE consolide a extensão desse dispositivo.

A temática sobre impulsionamento de postagens segue sendo relevante nas decisões dos tribunais. O art. 57-C, § 3º, da lei 9.504/1997 só admite impulsionar conteúdo para promover ou beneficiar candidaturas. Em cinco TREs (PE, AL, BA, GO e SC), a crítica ao adversário continuou livre no perfil, mas o anúncio pago foi barrado, em geral com multa de R$ 5 mil.

O dissenso está no teste de até onde é tolerável o impulsionamento. O TRE/AL adota proibição objetiva: basta um ataque no anúncio, ainda que a maior parte da peça seja autopromoção (rec. 0600682-32). O TRE/SP e o TRE/BA olham o núcleo ou a finalidade preponderante da peça (rec. 0600302-40 e 0602095-96). Já para o TRE/GO, a autopromoção e pedido de voto não legalizam o anúncio construído em torno da rejeição dos adversários, pois exigir ataque exclusivo "converteria a vedação em letra morta" (rec. 0601666-21).

Os três achados apontam para direções semelhantes. Quanto à exigência de aviso pelo uso de IA, resta saber se a evidência da sátira dispensa a rotulagem; no tema das plataformas, até onde a regra do provedor pode sustentar ordens contra o autor; e, no que diz respeito ao impulsionamento, qual é o teste para o conteúdo negativo. Os TREs já respondem de modos distintos, e é ao TSE que cabe harmonizá-las para o próximo ciclo eleitoral, pensando em impedir que ações idênticas das campanhas não recebam tratamentos diferentes conforme o estado.



Política & CIA

Férias estratégicas

O GOVERNADOR ELEITO Sergio Moro (PL) deixou o Paraná para passar alguns dias com a família na França, justamente quando aliados aguardam definições sobre o secretariado e a composição da futura base na Assembleia Legislativa. Segundo o Blog Politicamente, a viagem interrompeu temporariamente as articulações conduzidas pessoalmente pelo senador, que deve retornar na próxima semana. Até agora, Moro anunciou Pricilla Santana para a Fazenda e Fátima Gavioli para a Educação. A pausa ocorre num momento em que partidos buscam espaço na administração e deputados tentam antecipar o desenho da próxima Mesa Diretora. Sem novas nomeações, as negociações continuam, mas as decisões mais importantes ficam à espera do governador eleito.

Maioria disputada

A aritmética da próxima Assembleia ajuda a explicar a movimentação dos partidos. PL e PSD elegeram 14 deputados estaduais cada, enquanto o PT conquistou oito cadeiras. Para alcançar maioria absoluta, Moro precisará reunir pelo menos 28 dos 54 parlamentares. Em entrevista recente ao GCast, Ney Leprevost (Republicanos) revelou que o governador eleito já conversou com legendas que não integraram sua base eleitoral, incluindo Republicanos, MDB e PP. A negociação envolve mais do que apoio às propostas do Executivo: também passa pela composição da Mesa Diretora e pela eventual participação de deputados no secretariado. A distribuição dessas posições será um dos primeiros indicadores da força política do novo governo.

Cadeiras cobiçadas

A presidência da Assembleia permanece aberta. Ney Leprevost mencionou Gugu Bueno, César Silvestri Filho, Maria Victoria, Delegado Jacovós, Guerrinha e Moacyr Fadel entre os nomes que circulam nas articulações. O próprio Leprevost admitiu a possibilidade de participar de uma composição, embora tenha afirmado que não pretende lançar candidatura diretamente. A indefinição interessa ao futuro governo porque a escolha do comando do Legislativo poderá influenciar a tramitação das primeiras propostas de Moro. Também interessa aos partidos que buscam ampliar espaço institucional antes da posse. A expectativa apresentada pelo deputado é de que os entendimentos avancem até a primeira quinzena de dezembro.

Podemos negocia

O Podemos também se movimenta para participar da nova estrutura de poder. Segundo o Blog do Tupan, representantes da legenda se reuniram com Moro para discutir apoio parlamentar, uma possível participação no secretariado e posições na Mesa Executiva da Assembleia. Entre os nomes mencionados nas articulações estão o deputado federal Felipe Francischini, apontado como possibilidade para a Casa Civil ou a Secretaria das Cidades, e Lu Bonatto, citada para uma das secretarias da Mesa. Nenhuma dessas indicações está confirmada. A movimentação demonstra, entretanto, que a negociação da base governista envolve simultaneamente cargos no Executivo e espaços de direção no Legislativo.

Cinco na mira

Nem todos os integrantes do PSD deverão encontrar o mesmo espaço na futura administração. Segundo a jornalista Martha Feldens, do Bem Paraná, cinco dos 14 deputados eleitos pelo partido enfrentariam resistência em uma eventual aproximação com o governo Moro: Márcio Nunes, Luiz Cláudio Romanelli, Hussein Bakri, Gugu Bueno e Ademar Traiano. A informação de bastidores aponta dificuldades para que esses parlamentares ocupem posições relevantes na Mesa Diretora, presidências de comissões ou indiquem nomes para cargos no Executivo. Não há confirmação de veto formal. A eventual restrição, caso se concretize, poderá complicar as negociações com uma bancada que possui o mesmo número de cadeiras do PL, partido do governador eleito.

Quórum apertado

A sessão desta terça-feira (3) mostrou que manter os deputados mobilizados continua sendo uma tarefa cotidiana para Hussein Bakri, líder do governo Ratinho Junior na Assembleia. Durante a votação de um projeto de crédito adicional especial, Bakri precisou pedir a participação de parlamentares da base e chegou a chamar Luiz Cláudio Romanelli nominalmente. Em outro momento, observou que havia perdido cinco deputados para uma movimentação junto à imprensa. Antes do encerramento, voltou a solicitar presença para a sessão extraordinária seguinte. A cena ocorreu durante a aprovação de matérias orçamentárias que, nas palavras do próprio líder, são importantes tanto para o governo atual quanto para o próximo.

Renovação parcial

A próxima legislatura terá 23 deputados que não integram a composição atual da Assembleia, enquanto 31 parlamentares permanecerão na Casa. A renovação de 42,59% muda a distribuição das forças políticas, mas preserva uma parcela expressiva das lideranças que já participam das negociações estaduais. O PL saltou de cinco para 14 cadeiras e passou a dividir com o PSD a condição de maior bancada. Já o PT ampliou sua representação para oito deputados. Para Moro, o desafio não será apenas conquistar os recém-eleitos, mas negociar com grupos experientes, que conhecem os mecanismos internos do Legislativo e possuem interesses próprios na escolha das comissões e da Mesa Diretora.

Transição começa

A quinta-feira (5) marca o início formal da transição entre Ratinho Junior e Sergio Moro. O processo, regulamentado por decreto estadual, terá até 20 integrantes, divididos igualmente entre representantes da administração atual e da equipe do governador eleito. Renato Adur coordenará os trabalhos pelo governo que deixa o Palácio Iguaçu. Entre os assuntos previstos estão contas públicas, estrutura administrativa, programas em andamento e medidas necessárias nos primeiros 120 dias de 2027. A transição começa num cenário em que o futuro governo ainda não concluiu a montagem do primeiro escalão e precisa definir sua relação com uma Assembleia de composição renovada.

Cidinha Marcon

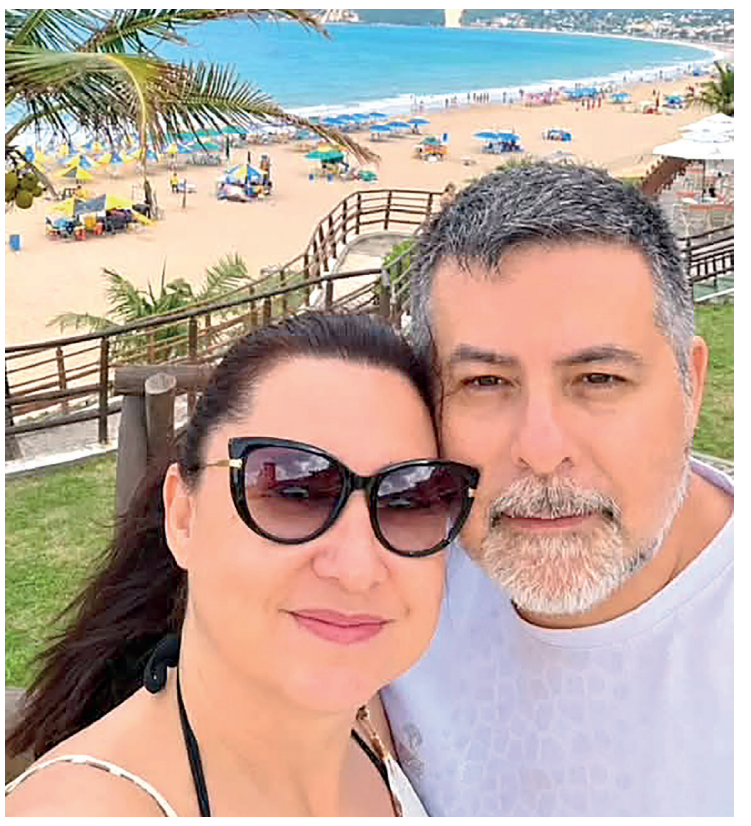


Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

•Vamos dançar!
Dançar é uma ótima opção de atividade física. Além de divertida e socializadora, a prática é capaz de ajudar na perda calórica, diminuição do estresse, aumento da sensação de bem-estar, além de contribuir para o condicionamento muscular, melhorar alongamento, flexibilidade, concentração e coordenação motora. Aprender uma coreografia, decorar passos e sequências ao ritmo da música, se equilibrando entre um bailado e outro, é o exercício ideal para o cérebro. Além disso, promove uma melhora fantástica para todo o corpo. Isso é uma grande terapia. Então, aproveite para aprender a dançar, sempre é tempo. Se você começar, nunca mais vai querer parar...



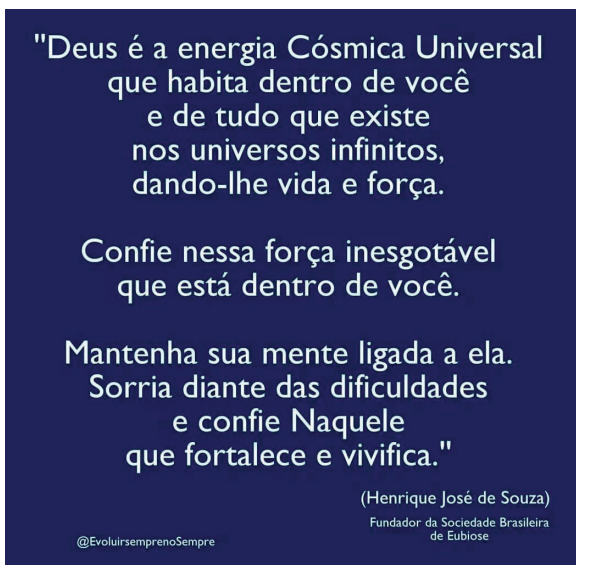
ANA CAROLINA POLLES GONÇALVES estreou 4.0 (dia 29 de outubro) em plena e bela forma *Arquivo pessoal*



PAULO e ROSI DE OLIVEIRA em merecidas férias nas belas praias das Alagoas *Arquivo pessoal*

•Bom dia!
Pai! Obrigado por ser meu abrigo quando as tempestades da vida tentam tirar a minha paz. Mesmo eu não tendo as respostas, eu escolho confi ar. Cuida do meu coração, da minha vida e família, esteja com meus amigos, proteja-nos do mal e nos afasta de tudo aquilo que me afasta de Ti. Senhor Deus, dai-me força para realizar os meus sonhos conforme a Tua vontade. Me ensina a esperar pela Tua providência na certeza de que todas as coisas tem o Seu cuidado. Preencha cada canto da minha vida com Teu amor, Tua graça e paz para que eu possa viver a felicidade e a Tua presença em minha vida hoje e sempre.

•Pausa para o cafezinho
*Na juventude aprendemos, na velhice entendemos. ***(Oliver Holmes)***
*A maturidade do homem é ter recuperado a serenidade com a qual brincávamos quando éramos crianças. ***(Marie Eschenbach)***
*O velho não pode fazer o que um jovem faz; mas faz melhor. ***(Friedrich Nietzsche)***



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Protesto contra o jaguncismo em Cascavel

NA DÉCADA DE 60, mais precisamente entre os anos de 1963 e 1964, a cidade de Cascavel, Paraná, vivenciou uma série de transformações significativas. Um dos marcos deste período foi o início das obras da delegacia de polícia na Rua Duque de Caxias. Inicialmente, a delegacia foi construída em madeira, uma estrutura provisória que atendia às necessidades imediatas da população crescente.

As pessoas que estão aglomeradas protestam contra o jaguncismo.



MIS/Acervo Xico Tebaldi

Dia de disputas no Autódromo de Laranjeiras

A imagem é da década de 1980 e mostra o Autódromo de Laranjeiras do Sul em dia de compeitção.

O espaço no entorno está lotado de amantes da velocidade.



Guarapuava Histórica

Rua XV de Novembro em Guarapuava no século passado

Rua 15 de Novembro, centro de Guarapuava, em foto de meados do século passado. Aparaece em primeiro plano pelo lado esquerdo a Prefeitura Municipal, o terceiro prédio (lado esquerdo) é o tradicional Clube Guaira. Pelo lado direito em primeiro plano o Edifício Brunsfeld, onde está localizado o Banco do Brasil.Nota-se, em segundo plano, à esquerda, o Clube Guaira.

Funcionavam no mesmo edifício o Banco do Brasil S. A. e o Edifício Brunsfeld.



Biblioteca IBGE

Praça em Cianorte no ano de 1960

A imagem do acervo da Biblioteca do IBGE registra a principal praça de Cianorte em 1960, período em que o município dava seus primeiros passos rumo à consolidação urbana. O cenário revela ruas ainda pouco pavimentadas, veículos de carga e construções simples, que refletem a economia baseada na agricultura e no comércio local. A praça funcionava como ponto de encontro da comunidade e símbolo do crescimento de uma cidade jovem, marcada pelo esforço dos pioneiros e pelo planejamento que moldaria o futuro do Noroeste do Paraná.



Biblioteca IBGE